

Sumário

Capítulo I

O DIREITO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	23
1. O DIREITO ADMINISTRATIVO	23
1.1. Origem e Desenvolvimento do Direito Administrativo	23
1.2. Conceito e Objeto do Direito Administrativo	26
1.3. Fontes do Direito Administrativo	28
1.4. Interpretação do Direito Administrativo	29
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	30
2.1. Estado	30
2.2. Administração Pública	31
2.3. Função Administrativa e Função Política (ou de Governo).....	35
3. O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	36
3.1. Conceito	36
3.2. Conteúdo.....	39
3.2.1. Considerações gerais acerca dos princípios jurídicos.....	39
3.2.2. Supremacia do interesse público sobre o interesse privado	41
3.2.3. Indisponibilidade do interesse público	43
3.2.4. Princípio da legalidade	43
3.2.5. Princípio da impessoalidade.....	44
3.2.5.1. Princípio da intranscendência subjetiva da sanção.....	45
3.2.6. Princípio da moralidade	47
3.2.7. Princípio da publicidade	50
3.2.8. Princípio da eficiência	53
3.2.9. Princípio da finalidade pública	54
3.2.10. Princípio da presunção de legitimidade.....	55
3.2.11. Princípio da autotutela	56
3.2.12. Princípio do controle judicial dos atos administrativos.....	59
3.2.13. Princípio do devido processo legal, da razoabilidade e proporcionalidade	60
3.2.14. Princípio da motivação	62
3.2.15. Princípio da obrigatoriedade do desempenho da atividade administrativa.....	64
3.2.16. Princípio da continuidade dos serviços públicos.....	64
3.2.17. Princípio da igualdade dos administrados face a administração pública.	66

3.2.18. Princípio da segurança jurídica.....	67
3.2.19. Princípio da responsabilidade do Estado.....	68
3.2.20. Princípio da obrigatoriedade da licitação.....	69
3.2.21. Princípio da precedência da administração fazendária.....	70
3.2.22. Princípio do concurso público.....	70
4. QUADRO SINÓTICO.....	71
5. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	74
6. QUESTÕES.....	76

Capítulo II

DEVERES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	79
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	79
2. DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	79
2.1. Dever de Agir.....	80
2.2. Dever de Juridicidade.....	81
2.3. Dever de Probidade.....	81
2.4. Dever de Eficiência.....	82
2.5. Dever de Prestação de Contas.....	82
3. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	82
3.1. Poder Vinculado.....	83
3.2. Poder Discricionário.....	84
3.3. Poder Hierárquico.....	87
3.4. Poder Disciplinar.....	88
3.5. Poder Regulamentar.....	92
3.6. Poder de Polícia.....	95
3.6.1. Conceito.....	95
3.6.2. Fundamento do exercício do poder de polícia administrativa.....	96
3.6.3. Finalidade do poder de polícia administrativa.....	97
3.6.4. Objeto do poder de polícia administrativa.....	97
3.6.5. Motivo do poder de polícia administrativa.....	97
3.6.6. Manifestação do poder de polícia administrativa.....	97
3.6.7. Setores do poder de polícia administrativa.....	98
3.6.8. Atributos do poder de polícia.....	98
3.6.9. Requisitos ou elementos do poder de polícia administrativa.....	99
3.6.10. Delegação do poder de polícia administrativa.....	99
3.6.11. Sanções aplicáveis em razão do exercício do poder de polícia administrativa.....	101
3.6.12. Características do poder de polícia administrativa.....	101
3.6.13. Controle do poder de polícia administrativa.....	101

4. USO E ABUSO DO PODER.....	101
4.1. Excesso de Poder	102
4.2. Desvio de Poder	102
5. QUADRO SINÓTICO	102
6. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	104
7. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	106

Capítulo III

ATOS ADMINISTRATIVOS	109
1. DISTINÇÃO ENTRE FATOS JURÍDICOS E ATOS JURÍDICOS.....	109
2. ATOS DA ADMINISTRAÇÃO E ATOS ADMINISTRATIVOS.....	110
3. CONCEITO DE ATO ADMINISTRATIVO	111
4. ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO.....	114
4.1. Presunção de Juridicidade (Legitimidade) e de Veracidade	114
4.2. Imperatividade	114
4.3. Exigibilidade	115
4.4. Executoriedade (ou Autoexecutoriedade)	115
4.5. Tipicidade	116
5. PERFEIÇÃO, VALIDADE E EFICÁCIA DO ATO ADMINISTRATIVO.....	116
6. ELEMENTOS OU REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO.....	118
6.1. Sujeito Competente.....	119
6.2. Finalidade Pública.....	119
6.3. Forma Prescrita em Lei.....	120
6.4. Motivo.....	121
6.5. Objeto	122
6.6. Conteúdo.....	122
6.7. Causa	123
7. ELEMENTOS E PRESSUPOSTOS DO ATO ADMINISTRATIVO SEGUNDO FORMULAÇÃO DE CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO.....	124
8. O SILÊNCIO ADMINISTRATIVO	124
9. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	126
9.1. Classificação Genérica.....	126
9.2. Classificação Específica ou Tipológica.....	129
10. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	133
10.1. Considerações Gerais	133
10.2. Revogação	135
10.2.1. Sujeito ativo	135
10.2.2. Objeto da revogação	135
10.2.3. Fundamentos da revogação	136

10.2.4. Limites da revogação.....	136
10.2.5. Motivos da revogação.....	136
10.2.6. Efeitos da revogação.....	136
10.2.7. Natureza jurídica do ato revogador	136
10.2.8. Revogação e indenização	136
10.3. Invalidação	136
10.3.1. Sujeito ativo	137
10.3.2. Objeto da invalidação	137
10.3.3. Fundamentos da invalidação	137
10.3.4. Motivos da invalidação	137
10.3.5. Efeitos da invalidação.....	137
10.4. Classificação da Invalidação.....	137
10.5. Prescrição e Decadência Administrativa	140
10.6. Coisa Julgada Administrativa	143
11. QUADRO SINÓTICO	144
12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	149
13. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	151

Capítulo IV

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	153
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	153
2. FORMAS DE REALIZAÇÃO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO	155
3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	157
3.1. Órgão Público. Conceito.....	158
3.2. Classificação dos Órgãos Públicos	161
3.2.1. Quanto a sua posição estatal ou quanto à hierarquia	161
3.2.2. Quanto à estrutura do órgão público.....	163
3.2.3. Quanto à esfera de atuação dos órgãos públicos.....	163
3.2.4. Quanto à composição ou atuação funcional dos órgãos públicos.....	163
4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	164
4.1. Autarquias	166
4.2. Fundações Públicas.....	169
4.3. Agências Reguladoras.....	171
4.4. Agências Executivas.....	179
4.5. Empresas Estatais.....	180
4.5.1. O Regime jurídico das empresas estatais.....	184
4.6. Consórcio Público	192
4.6.1. Conceito e natureza	192

4.6.2. Objetivos	194
4.6.3. Do protocolo de intenções.....	195
4.6.4. Do contrato de rateio	196
4.6.5. Do contrato de programa	197
5. QUADRO SINÓTICO	199
6. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	202
7. QUESTÕES	205

Capítulo V

TERCEIRO SETOR: OS ENTES DE COOPERAÇÃO.....	209
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	209
2. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS.....	210
3. ENTIDADES DE APOIO	212
4. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – “OS”	215
5. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – “OSCIP’S”.....	221
6. QUADRO SINÓTICO	225
7. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	226
8. QUESTÕES	228

Capítulo VI

SERVIÇOS PÚBLICOS.....	231
1. CONCEITO.....	231
2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	233
2.1. Elemento Subjetivo.....	233
2.2. Elemento Formal.....	234
2.3. Elemento Material	234
3. PRINCÍPIOS QUE SE APLICAM AO SERVIÇO PÚBLICO	235
3.1. Princípio da Continuidade do Serviço Público.....	235
3.2. Princípio da Mutabilidade do Regime Jurídico.....	236
3.3. Princípio da Igualdade	236
3.4. Princípio da Atualidade	237
3.5. Princípio da Modicidade das Tarifas.....	237
3.6. Princípio da Cortesia no Tratamento com o Público.....	237
3.7. Princípio da Generalidade	238
4. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	238
4.1. Serviços Públicos Próprios e Impróprios	238
4.2. Quanto ao Objeto.....	238
4.3. Serviços <i>Uti Singuli</i> e Serviços <i>Uti Universi</i>	239
4.4. Quanto à Maneira como Concorrem para Satisfazer ao Interesse Social	239

4.5. Serviços Públicos e Serviços de Utilidade Pública	240
5. FORMAS DE PRESTAÇÃO E MEIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	241
6. A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	241
7. DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	243
7.1. Concessão de Serviço Público.....	243
7.2. Permissão de Serviço Público.....	244
7.3. Autorização de Serviço Público	244
8. QUADRO SINÓTICO	245
9. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	248
10. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	250

Capítulo VII

SERVIDORES PÚBLICOS.....	253
1. AGENTES PÚBLICOS	253
2. ESPÉCIES DE AGENTES PÚBLICOS	254
2.1. Agentes Políticos.....	255
2.2. Agentes ou Servidores Administrativos do Estado	258
2.2.1. Servidores públicos.....	259
2.2.1.1. O regime jurídico único.....	265
2.2.2. Servidores empregados (ou empregados públicos).....	266
2.2.3. Servidores temporários	269
2.2.4. Militares	273
2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado	275
3. CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA.....	275
3.1. Considerações conceituais e distintivas.....	275
3.2. Acesso aos cargos, empregos e funções públicas	278
3.3. Concurso Público	281
3.3.1. Concurso público e pessoa com deficiência.....	293
4. PROVIMENTO	296
4.1. Provimento Originário ou Autônomo	296
4.2. Provimento derivado.....	297
4.2.1. Provimento derivado vertical	297
4.2.2. Provimento derivado horizontal	298
4.2.3. Provimento derivado por reingresso	301
5. VACÂNCIA.....	304
6. EFETIVIDADE, ESTABILIDADE E VITALICIEDADE.....	304
7. REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIO	309
7.1. Fixação e alteração da remuneração e do subsídio	311
7.2. Revisão da remuneração e do subsídio	312

7.3. Limites à Remuneração e ao subsídio	314
7.4. Proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas.	322
7.5. Proibição de Vinculação e Equiparação de Remuneração e Subsídio	329
8. DIREITOS DOS TRABALHADORES EXTENSIVOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS. O DIREITO À LIVRE ASSOCIAÇÃO SINDICAL E O DIREITO DE GREVE.....	330
9. A EMENDA CONSTITUCIONAL 109/2021 E O AJUSTE FISCAL DE VEDAÇÕES.....	333
10. PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO.....	336
10.1. Regimes Previdenciários	337
10.2. Aposentadoria e Pensão	339
10.2.1. A Previdência do Servidor após a EC 20/1998.....	340
10.2.2. A Previdência do Servidor após a EC 41/2003.....	345
10.2.3. A Previdência do Servidor após a EC 47/2005.....	355
10.2.4. A Previdência do Servidor após a EC 70/2012.....	356
10.2.5. A Previdência do Servidor após a EC 88/2015.....	358
10.2.6. A Previdência do Servidor após a EC 103/2019	359
10.2.6.1. Regra temporária de aposentadoria do servidor público federal.....	362
10.2.6.2. Regras de transição de aposentadoria do servidor público federal.....	363
10.2.6.3. Demais regras permanentes do RPPS do servidor público federal.....	365
10.2.7. Pensão por morte do servidor público federal	374
11. QUADRO SINÓTICO	377
12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	385
13. QUESTÕES DE PROVAS DE CONCURSOS	402

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS	407
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	407
1.1. Distinção entre a Responsabilidade Administrativa e a Responsabilidade Civil do Estado	408
1.2. Distinção entre a Responsabilidade Civil do Estado e a Responsabilidade Civil Submetida ao Direito Privado	408
1.3. Distinção entre Responsabilidade Civil do Estado e Sacrifício de Direito	408
1.4. Evolução da Responsabilidade do Estado	409
1.4.1. Fase da irresponsabilidade do Estado (teoria regaliana).....	409
1.4.2. Fase da responsabilidade do Estado fundada no Direito Privado (teorias civilistas).....	409
1.4.3. Fase da responsabilidade do Estado fundada no Direito Público (teorias publicistas)	410

2. TEORIA DA CULPA ADMINISTRATIVA OU CULPA DO SERVIÇO.....	411
3. TEORIA DO RISCO.....	411
4. RESPONSABILIDADE DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO.....	413
4.1. Responsabilidade por Ação ou Ato Comissivo do Estado.....	418
4.1.1. Por comportamentos lícitos.....	418
4.1.2. Por comportamentos ilícitos.....	418
4.2. Responsabilidade por Omissão do Estado.....	419
4.2.1. Fato da natureza.....	422
4.2.2. Comportamento material de terceiros.....	422
4.3. Responsabilidade em Razão de Atuação Positiva do Estado Propiciatória de Risco de Dano.....	423
5. O DANO INDENIZÁVEL.....	423
6. CAUSAS EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO.....	425
7. O DIREITO DE REGRESSO.....	426
8. RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS.....	430
9. QUADRO SINÓTICO.....	431
10. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	434
11. QUESTÕES.....	440

Capítulo IX

BENS PÚBLICOS.....	445
1. CONCEITO.....	445
2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS.....	446
3. CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS.....	448
3.1. Inalienabilidade.....	448
3.2. Impenhorabilidade.....	449
3.3. Imprescritibilidade.....	453
3.4. Impossibilidade de Oneração.....	454
4. USO DOS BENS PÚBLICOS POR PARTICULAR.....	454
4.1. Uso Comum.....	455
4.1.1. Ordinário.....	455
4.1.2. Extraordinário.....	455
4.2. Uso Privativo ou Especial.....	455
4.2.1. Uso de "bens públicos afetados" por particular.....	456
4.2.1.1. Autorização de uso.....	456
4.2.1.2. Permissão de uso.....	457
4.2.1.3. Concessão de uso.....	457
4.2.2. Uso de "bens públicos não-afetados" por particular.....	457
4.2.2.1. Locação.....	458

4.2.2.2.	Arrendamento	458
4.2.2.3.	Enfiteuse ou aforamento	459
4.2.2.4.	Cessão de uso	459
4.2.2.5.	Concessão de direito real de uso	460
5.	BENS PÚBLICOS EM ESPÉCIE.....	461
5.1.	Terrenos de Marinha e seus Acrescidos	461
5.2.	Terrenos Reservados e seus Acrescidos.....	463
5.3.	Terras Tradicionalmente Ocupadas pelos povos indígenas	464
5.4.	Faixa de Fronteira.....	464
5.5.	Terras Devolutas.....	464
5.6.	Ilhas.....	465
5.7.	Recursos minerais e jazidas.....	467
6.	QUADRO SINÓTICO	468
7.	JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	470
8.	QUESTÕES	473

Capítulo X

	INTERVENÇÕES ESTATAIS NA PROPRIEDADE	475
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	475
2.	MODALIDADES.....	475
3.	LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS	476
4.	SERVIDÃO ADMINISTRATIVA OU PÚBLICA.....	477
5.	OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	478
6.	REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	479
7.	TOMBAMENTO.....	480
7.1.	Objeto do Tombamento.....	481
7.2.	Modalidades	482
7.2.1.	Quanto à constituição	482
7.2.2.	Quanto à eficácia.....	483
7.2.3.	Quanto aos destinatários	484
7.3.	Efeitos.....	484
7.4.	Natureza Jurídica	485
8.	DESAPROPRIAÇÃO.....	486
8.1.	Conceito	486
8.2.	Procedimento.....	487
8.2.1.	Fase declaratória	488
8.2.2.	Fase executória	490
8.3.	Modalidades de desapropriação.....	493
8.3.1.	Desapropriação para fins de reforma agrária	494

8.3.2. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana.....	498
8.4. Sujeitos Ativo e Passivo da Desapropriação.....	499
8.5. Pressupostos.....	501
8.6. Objeto.....	503
8.7. A indenização.....	503
8.8. Desapropriação indireta ou apossamento administrativo.....	507
8.9. Direitos do desapropriado.....	508
8.10. Desapropriação por zona.....	510
9. QUADRO SINÓTICO.....	511
10. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	514
11. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	521

Capítulo XI

LICITAÇÃO.....	525
1. A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	526
2. ESTRUTURA DA LEI 14.133/2021.....	527
3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI 14.133/2021.....	532
4. CONCEITO, FINS E OBJETO DA LICITAÇÃO.....	534
5. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE LICITAÇÃO.....	535
6. PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO.....	536
6.1. Princípio da Legalidade.....	536
6.2. Princípio da Impessoalidade.....	537
6.3. Princípios da Moralidade e Probidade Administrativa.....	537
6.4. Princípio da Publicidade.....	537
6.5. Princípios da Eficiência e Eficácia.....	538
6.6. Princípio da Igualdade.....	539
6.7. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.....	540
6.8. Princípio do Julgamento Objetivo.....	540
6.9. Princípio da Segregação de Funções.....	541
6.10. Princípio da Motivação.....	541
6.11. Princípio da Segurança Jurídica.....	541
7. OBRIGATORIEDADE DA LICITAÇÃO.....	542
8. DO PROCESSO LICITATÓRIO.....	543
8.1. Conceito e Objetivos.....	543
8.2. Fases do Processo Licitatório.....	544
8.3. Das pessoas proibidas de disputar licitação ou participar da execução de contrato.....	546
9. DA FASE PREPARATÓRIA.....	548
9.1. Da audiência pública dos interessados.....	551

9.2. Da matriz de riscos	551
9.3. Do valor previamente estimado da contratação.....	553
9.4. Do caráter sigiloso do orçamento estimado da contratação.....	554
9.5. Do Edital da Licitação.....	555
9.6. Da margem de preferência no processo de licitação	556
10. DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO.....	557
11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO.....	561
12. DISPOSIÇÕES SETORIAIS.....	563
12.1. Das Compras.....	563
12.2. Das Obras e Serviços de Engenharia	565
12.3. Dos Serviços em Geral	566
12.4. Da Locação de Imóveis	567
12.5. Das Licitações Internacionais	567
13. DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO.....	568
14. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES	569
15. DO JULGAMENTO.....	570
16. DA HABILITAÇÃO.....	573
16.1. Da habilitação jurídica	574
16.2. Da habilitação técnica.....	575
16.3. Da habilitação fiscal, social e trabalhista	576
16.4. Da habilitação econômico-financeira	576
17. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	577
18. DA CONTRATAÇÃO DIRETA	578
18.1. Da Inexigibilidade de Licitação.....	579
18.2. Da Dispensa de Licitação	581
18.2.1. Da Licitação dispensável	581
18.2.2. Da Licitação dispensada e da alienação de bens da Administração Pública.....	586
19. DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES E DAS CONTRATAÇÕES	590
19.1. Do Credenciamento.....	591
19.2. Da Pré-qualificação	592
19.3. Do Procedimento de Manifestação de Interesse.....	593
19.4. Do Sistema de Registro de Preços	593
19.5. Do Registro Cadastral.....	596
20. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS.....	597
21. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	599
22. QUADRO SINÓTICO	600
23. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	616
24. QUESTÕES	619

Capítulo XII

CONTRATO ADMINISTRATIVO	623
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	623
2. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	624
2.1. A Presença da Administração Pública com Prerrogativas Públicas	624
2.2. A Finalidade Pública.....	624
2.3. A Obediência à Forma Prescrita em Lei	624
2.4. O Procedimento Legal	628
2.5. A Natureza de Contrato de Adesão.....	628
2.6. A Natureza <i>Intuitu Personae</i>	628
2.7. A Presença de Cláusulas Exorbitantes (cláusulas de privilégio).....	629
2.7.1. Exigência de garantia nos contratos administrativos.....	630
2.7.2. Alteração unilateral dos contratos administrativos.....	631
2.7.3. Extinção unilateral dos contratos administrativos.....	632
2.7.4. Fiscalização da execução do contrato.....	632
2.7.5. Aplicação de penalidade ao contratado responsável pelas infrações administrativas.....	633
2.7.6. Anulação	633
2.7.7. Retomada do objeto.....	633
2.7.8. Restrição ao emprego da cláusula da exceção do contrato não cumprido ("exceptio non adimpleti contractus").....	634
2.8. A Mutabilidade	634
2.8.1. Fato do príncipe.....	635
2.8.2. Fato da administração.....	636
2.8.3. Teoria da imprevisão.....	637
3. DA ALOCAÇÃO DE RISCOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	637
4. DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	638
5. DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	641
6. ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DOS PREÇOS	644
7. DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	647
8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	650
9. DOS PAGAMENTOS.....	651
10. DA NULIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	652
11. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	654
12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	654
13. DOS RECURSOS.....	659
14. DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES	660
15. DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP.....	661
16. MODALIDADES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	662

16.1. Concessão de Serviço Público.....	663
16.1.1. Conceito	663
16.1.2. Da tarifa	664
16.1.3. Da licitação.....	664
16.1.4. Cláusulas essenciais	665
16.1.5. Encargos do poder concedente	666
16.1.6. Encargos da concessionária	666
16.1.7. Intervenção na concessão	667
16.1.8. Extinção da concessão	667
16.2. Concessão de Serviço Público Precedida de Execução de Obra Pública ou Concessão de Obra Pública.....	669
16.3. Permissão de Serviço Público.....	669
16.4. Contrato de Parceria Público-privada.....	670
16.4.1. Conceito e modalidades.....	670
16.4.2. Diretrizes a serem observadas no contrato de parceria público-privada..	671
16.4.3. Cláusulas essenciais do contrato de parceria público-privada	672
16.4.4. Das garantias no contrato de parceria público-privada	675
16.4.5. Da sociedade de propósito específico	675
16.4.6. Da licitação.....	675
16.4.7. Disposições da Lei 11.079/04 aplicáveis à União.....	678
16.5. Concessão de Uso de Bem Público.....	678
17. CONVÊNIO	679
18. CONSÓRCIO ADMINISTRATIVO	679
18.1. Consórcios Públicos	679
19. QUADRO SINÓTICO	682
20. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	692
21. QUESTÕES	695

Capítulo XIII

PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	697
1. CONCEITO.....	697
2. MODALIDADES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	698
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	699
4. FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	703
4.1. Instauração.....	703
4.2. Instrução	703
4.3. Relatório.....	704
4.4. Decisão	705
4.5. Da Decisão Coordenada.....	705

4.6. Do Recurso Administrativo e da Revisão.....	707
5. CARÁTER SUBSIDIÁRIO DA LEI 9.784/99	708
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	708
6.1. Das Penalidades disciplinares	709
6.2. Do Inquérito Administrativo.....	717
6.3. Do Julgamento	718
6.4. Da Revisão do Processo.....	720
7. PROCESSO SUMÁRIO.....	720
8. QUADRO SINÓTICO	721
9. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	724
10. QUESTÕES	728

Capítulo XIV

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	731
1. PROBIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVAS. CONCEITO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021.....	731
2. SUJEITO PASSIVO DO ATO DE IMPROBIDADE.....	736
3. SUJEITO ATIVO DO ATO DE IMPROBIDADE.....	737
4. OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	741
4.1. Os atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito.....	744
4.2. Os atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário.....	745
4.3. Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.....	749
5. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO ATO DE IMPROBIDADE.....	752
6. DA DECLARAÇÃO DE BENS	758
7. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL	758
7.1. Do Procedimento Administrativo.....	758
7.2. Do Processo Judicial e a ação judicial por ato de improbidade.....	760
7.2.1. Do Pedido de Indisponibilidade de Bens.....	765
7.2.2. Do Acordo de Não Persecução Civil.....	767
7.2.3. Da Sentença.....	768
7.3. Competência.....	770
8. DA PRESCRIÇÃO.....	771
9. A LEI ANTICORRUPÇÃO.....	775
10. QUADRO SINÓTICO	780
11. QUADRO COMPARATIVO – LEI Nº 8.429/1992 ANTES E DEPOIS DA LEI Nº 14.230/2021.....	787

12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	815
13. QUESTÕES	818

Capítulo XV

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	823
1. CONCEITO.....	823
2. ESPÉCIES	823
2.1. Quanto ao Órgão	824
2.2. Quanto ao Momento.....	824
2.3. Quanto ao Aspecto Controlado.....	824
2.4. Quanto à Extensão ou Amplitude	825
3. CONTROLE ADMINISTRATIVO	825
3.1. Conceito	825
3.2. Recursos Administrativos.....	825
4. CONTROLE LEGISLATIVO.....	826
5. CONTROLE JUDICIAL	828
5.1. Conceito e Extensão	828
5.2. Meios de Controle: as ações constitucionais	828
6. QUADRO SINÓTICO	831
7. JURISPRUDÊNCIA APLICADA.....	833
8. QUESTÕES DE CONCURSOS.....	838
BIBLIOGRAFIA	843